

# Eixo Capital



**PABLO GIOVANNI (INTERINO)**  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

## Anderson Torres não terá de devolver salários recebidos enquanto esteve preso

O ex-ministro e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres venceu a disputa judicial com a União e não precisará devolver os R\$ 87,5 mil recebidos como salário enquanto esteve preso, entre janeiro e maio de 2023. Delegado da Polícia Federal, Torres enfrentou um processo administrativo na corporação, que inicialmente determinou a devolução dos valores, decisão posteriormente reforçada pela União.

Entretanto, em sentença proferida na última quarta-feira, o juiz Gabriel Zago manteve entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que considera inconstitucional a suspensão de vencimentos de servidores públicos em prisão preventiva. O magistrado citou os artigos 5º, inciso LVII, e 37, inciso

XV, da Constituição Federal, que garantem a presunção de inocência e a irredutibilidade salarial.

“Por essas razões, mantenho a decisão liminar e julgo procedentes os pedidos, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para declarar a inexistência da cobrança de R\$ 87.560,67, realizada pela União, bem como anular o referido débito”, afirmou o juiz.

Embora tenha conseguido essa vitória, Anderson Torres ainda responde a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) na Polícia Federal, atualmente suspenso por decisão da Justiça Federal. Além disso, na última semana, os advogados dele solicitaram a devolução de aves apreendidas pelo Ibama em sua residência durante a prisão. A defesa optou por não comentar o caso.

Divulgação/MJSP



### À QUEIMA-ROUPA COM

Ascom/CLDF



**MAX MACIEL**  
(PSol)

*“Seria viável implementar a tarifa zero no Distrito Federal”*

**Você é um dos principais defensores da tarifa zero e, recentemente, esteve em um município paulista que adotou essa política. Na sua visão, seria viável implementar algo semelhante no Distrito Federal?**

Sim, seria viável implementar a tarifa zero no Distrito Federal. Na Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, criamos uma subcomissão para estudar esse modelo, analisando mais de 100 cidades que já adotaram essa política, especialmente as de maior população. A gratuidade seria possível a partir de uma auditoria que identificasse o custo real do sistema. Apesar de ter sido vetado o fundo de transporte público que propusemos, existem outras formas de subsidiar o sistema, como priorizar a tarifa zero no orçamento, algo que não é do interesse da atual gestão do Distrito Federal. Estimamos que o custo seria em torno de 2% do orçamento do DF, cerca de R\$ 1,3 bilhão, valor que garantiria acesso universal ao transporte, essencial para o direito à cidade e para aliviar os 15% da renda familiar comprometidos atualmente com esse gasto.

**Como o senhor avalia o desempenho da Câmara Legislativa ao longo de 2024? Considera que os trabalhos realizados atenderam às principais demandas da sociedade?**

No cumprimento de nossa missão, sem dúvida, a CLDF desempenhou um papel de muito trabalho e luta em 2024. Acredito que esteve presente nos principais temas da cidade, como o PPCUB, a renovação das frotas de ônibus, a fiscalização na saúde e a defesa da educação. Foi um trabalho árduo, conjunto e coletivo. É fundamental entender que toda institucionalidade tem suas contradições e limites. Apesar disso, avaliamos que 2024 foi um ano de muito trabalho. O desafio, no entanto, é constante, porque as demandas são inúmeras e o trabalho precisa ser ampliado. Nosso compromisso é manter a população ciente de nossas ações e mostrar que cada decisão tem impacto real na vida das pessoas.

**O Fundo Constitucional do Distrito Federal foi amplamente debatido no Congresso Nacional em 2024, especialmente diante da proposta do governo federal de alterar sua fórmula de cálculo. Qual é a sua análise sobre essa nova discussão? O trecho do FCDF acabou sendo retirado do texto.**

Embora a proposta de alterar sua fórmula de cálculo tenha sido retirada, a tentativa demonstra que essa luta é constante. O Fundo é indispensável para financiar serviços fundamentais como saúde, educação e segurança, além de manter o funcionamento dos poderes constituídos em nosso regime democrático. Defendemos o Fundo Constitucional, mas também acreditamos que a população deve ter maior participação na definição do modelo de investimento e na priorização dos recursos aplicados. É necessário que o orçamento geral do DF reflita as demandas da sociedade, permitindo decisões mais democráticas e alinhadas às reais necessidades da população.

**Nos últimos anos, cidades ao redor do mundo têm incentivado o uso de bicicletas como meio de transporte. Como você avalia a infraestrutura cicloviária do DF?**

Pensar em um sistema multimodal é fundamental para uma mobilidade eficiente. Isso significa não só investir em ônibus e trilhos, mas também em modais ativos, como caminhar e pedalar, que são essenciais para conectar a cidade e os demais sistemas de transporte. O Distrito Federal possui uma das maiores redes de cicloviárias do Brasil em termos de extensão, mas, infelizmente, ela não atende às necessidades da população de forma funcional. Não basta construir cicloviárias; elas precisam ser integradas aos serviços, terminais e demais modais de transporte, como o metrô e o BRT. Além disso, é necessário repensar o sistema para facilitar o uso de bicicletas em combinação com outros meios de transporte.

### Acordo garante melhorias para trabalhadores da Casa da Moeda

Antes do recesso, o ministro Maurício Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), mediou um acordo coletivo entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira (SNM) e a Casa da Moeda do Brasil. O pacto, válido de 1º de junho de 2024 a 31 de maio de 2025, prevê reajuste salarial de 3,93%, retroativo a junho de 2024, abono indenizatório de R\$ 1,5 mil, além de benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-creche e a criação do feriado no Dia do Moedeiro.

A Casa da Moeda é responsável pela fabricação de cédulas, moedas, passaportes e selos fiscais. Em janeiro de 2020, os trabalhadores chegaram a paralisar atividades por melhores condições de trabalho.

### Privatização da Rodoviária do Plano Piloto segue travada

O governo do Distrito Federal avançou na concessão de estacionamentos públicos à iniciativa privada, mas enfrenta dificuldades para destravar a privatização da Rodoviária do Plano Piloto. Suspenso desde outubro pela 2ª Câmara Cível, o processo só deverá ser analisado pelos desembargadores após 20 de janeiro de 2025, com o fim do recesso forense.

A suspensão ocorreu devido a possíveis irregularidades no edital que selecionou a empresa vencedora. O Executivo recorreu e aguarda decisão, mas não sairá em 2024.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



### Deputada crítica concessão de estacionamentos públicos

A deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) demonstrou insatisfação com o projeto de privatização de estacionamentos públicos no centro de Brasília. Em ofício enviado à Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob), a parlamentar pediu mais detalhes sobre a proposta e defendeu maior debate na Câmara Legislativa (CLDF). “Muito me surpreende essa tentativa de emplacar um projeto tão importante no momento em que a Câmara Legislativa sai de recesso. O assunto interessa à população do DF e não deve ser tratado com tanta pressa, principalmente sem ser discutido na CLDF, que é a casa do povo”, disse.

### O que esperar para 2025, além de ‘tretas’?

As últimas sessões da CLDF em 2024 mostraram um clima bastante tranquilo, sem projetos considerados espinhosos encaminhados pelo Palácio do Buriti, além de um orçamento dentro das projeções — há, claro, exceções em algumas partes, mas nada de muito relevante. Porém, há pontos sensíveis entre os distritais que nada têm a ver com o papel do governo dentro da Casa: os projetos de Cidadão Honorário de Brasília.

Existiu um acordo, tratado em colégio de líderes nas últimas semanas de trabalho, de que projetos concedendo esses títulos a personalidades como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes não seriam analisados nas últimas sessões. O acordo, de fato, foi cumprido. Entretanto, os

AFP



parlamentares também deixaram “acordado” que é necessário limpar a pauta no início de 2025, com a votação desses e de outros títulos — alguns pendentes desde 2022.

Mas, se depender da oposição, Bolsonaro jamais será homenageado. Se for do desejo dos distritais ligados à direita, “Xandão” passará longe de receber o título de cidadão honorário de Brasília. A conferir como será o

retorno dos trabalhos.

Ascom/CLDF

### Chance para Delmasso

O governador Ibaneis Rocha (MDB) decidiu manter Rodrigo Delmasso na Secretaria da Família e Juventude, apesar da decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) que impede o ex-deputado distrital de ocupar cargos públicos. A defesa de Delmasso recorreu da decisão no tribunal e, no momento, o processo está suspenso após pedido de vista da desembargadora Anilcéia Machado. A decisão do TCDF, emitida em outubro, também aplica uma multa de R\$ 40 mil a Delmasso e outros ex-gestores da Secretaria de Trabalho por irregularidades de 2009, quando ele era chefe da Unidade de Administração Geral da pasta.



#### MANDOU BEM

A bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional conseguiu excluir o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) do projeto de cortes de gastos do governo federal. A articulação foi decisiva para proteger o fundo, que já havia sido alvo de ameaças semelhantes no ano passado.



#### MANDOU MAL

O dólar segue acima de R\$ 6, apesar dos esforços do Banco Central para conter a desvalorização do real. Na última sexta-feira, a moeda americana fechou a R\$ 6,07, mesmo após o BC ofertar US\$ 7 bilhões em leilão. Em 2024, a alta acumulada é de 25%.



#### ENQUANTO ISSO NA SALA DE JUSTIÇA

O ministro Rogério Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), adiou para fevereiro de 2025 a análise do caso Adriana Villela, condenada em primeira instância pelo “Crime da 113 Sul”. Tanto o pedido de prisão preventiva, apoiado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), quanto o recurso da defesa, para anulação da condenação, serão avaliados no próximo ano. O STF já autorizou a execução de penas determinadas por tribunais do júri, como no caso de Villela.